

Direitos humanos

Tema de muita retórica e de pouca ação concreta, o capítulo brasileiro dos direitos humanos ganhou, nos últimos dias, duas importantes contribuições concretas. Em boa hora o Governo FHC resolveu intensificar o combate ao trabalho abusivo de crianças, verdadeira escravidão infantil praticada às escâncaras em diversos pontos do País. E, por outro lado, o Presidente da República decidiu encampar o projeto de lei que transforma em crime o que hoje é apenas contravenção: o porte de armas de fogo sem autorização da Polícia. Ontem, Dia da Independência, FHC enviou mensagem ao Congresso pedindo o regime de "urgência urgentíssima" para a tramitação de projeto nesse sentido, de autoria parlamentar, que dorme nas gavetas do Legislativo.

Quando for transformada em lei, a iniciativa vai punir com penas de

até quatro anos de prisão quem for encontrado portando arma sem o competente registro policial. Ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça vai providenciar um cadastro nacional de armas, como já existe o de veículos, de modo a melhor identificar os portadores legais de armas de fogo. São medidas que certamente vão ajudar muito na redução da livre circulação de armas, uma das causas comprovadas do aumento da violência. É preciso, entretanto, uma dose de realismo para não esperar que tais iniciativas tenham o caráter de panacéia contra os males da violência no mundo moderno, matéria complexa, que exige, também, outras formas de luta e de esforço do Governo e da sociedade civil.

A eliminação do trabalho infantil, entretanto, é dessas providências de efeito imediato. Desta vez o Executivo agiu com sabedoria, pois não adotou medidas

apenas repressivas, mas também estimulantes para atrair crianças à escola, como a bolsa de estudos de R\$50,00 por mês às famílias para cada criança que abandonar o trabalho nos setores do sisal e da agroindústria sucro-alcooleira, dois grandes responsáveis por esse tipo de atividade infantil. A parceria com os governos estaduais é outra garantia de que esse projeto vai dar resultados. Muitos deles compareceram ao Palácio do Planalto e assinaram o documento de compromisso, juntamente com o Presidente da República.

Com esses atos concretos - desarmamento e proteção às crianças -, o Brasil efetivamente dá andamento a um programa realista e viável de proteção dos direitos humanos, ajudando a retirar esse assunto do patamar das utopias ou, pior ainda, dos discursos dos demagogos.